



13^a FEBRAT

CONSCIÊNCIA ELEITORAL: A NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO POLÍTICA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Viviane Oliveira da Silva, *Colégio Santa Maria Minas - Pampulha, olivevivi19@gmail.com*
Sofia Franco Dantas Magela, *Colégio Santa Maria Minas - Pampulha, sofite0713@gmail.com*
Maria Eduarda de Souza Moraes, *Colégio Santa Maria Minas - Pampulha,*
m.souzamoraes8@gmail.com
Ana Clara Martins Brandão, *Colégio Santa Maria Minas - Pampulha,*
anaclaramartinsbrandao728@gmail.com
Frederico Augusto Brugnara, *Colégio Santa Maria Minas - Pampulha,*
fredericobrugnara@gmail.com
Raíssa Alves Araújo, *Colégio Santa Maria Minas - Pampulha, issaaraujo@gmail.com*

Categoria: D

Palavras-chave: Jovens. Ensino Médio. Aprendizado. Democracia.

Resumo expandido

A educação política no Brasil se apresenta de forma incipiente, marcada pela falta de reconhecimento de sua relevância social. Unit (2021) aponta que, durante o Regime Militar, a imposição da disciplina de Educação Moral e Cívica deixou como legado uma percepção negativa acerca da formação política. Como consequência, parte significativa da população contemporânea não reconhece a educação política como um elemento fundamental para o fortalecimento da democracia, ou não encontra condições adequadas para exercê-la. Nesse sentido, o brasileiro médio, alienado politicamente, vê-se refém da retórica maniqueísta dos partidos políticos. Diante desse cenário, alguns autores ressaltam a importância da escola como espaço privilegiado para a construção de uma consciência política crítica. Caruso e Dantas (2011), por exemplo, defendem que o ambiente escolar deve estimular o engajamento social e político, ainda que inicialmente por meio de práticas voluntárias. Complementando essa perspectiva, Martins (2012) destaca que a educação é elemento essencial na



13^a FEBRAT

formação do pensamento crítico, indispensável para a compreensão e atuação consciente na esfera pública. Com base nessas reflexões, a presente pesquisa teve como objetivo analisar de que maneira a inserção da educação política no currículo escolar pode favorecer o desenvolvimento de uma postura crítica e participativa entre os estudantes, além de investigar o nível de interesse político de jovens do Ensino Médio. Para isso, a metodologia empregada consistiu na aplicação de um questionário estruturado, com seis perguntas de múltipla escolha, formuladas a partir das contribuições de Caruso e Dantas (2011), Martins (2012) e Unit (2021). O instrumento foi disponibilizado virtualmente por meio da plataforma Google Forms, nos dias 11 e 12 de junho de 2025, sendo acessado através de QR Codes distribuídos presencialmente. O público-alvo da pesquisa foram estudantes do Ensino Médio de uma instituição privada localizada em Belo Horizonte – MG. Os resultados evidenciaram que 78,4% dos participantes demonstraram interesse em aprofundar seus conhecimentos sobre a política nacional e 74,5% se posicionaram favoravelmente à inclusão de uma disciplina voltada especificamente ao tema. Esses dados confirmam a hipótese inicial de que os jovens apresentam disposição para compreender e participar da vida política, desde que exista um espaço institucional que legitime e estimule essa formação. Como parte da proposta interventiva, elaborou-se o protótipo de uma disciplina optativa intitulada “*Juventude e Democracia*”, sugerida para a 2^a Série do Ensino Médio. A disciplina teria carga horária semanal de 50 minutos e buscaria promover o letramento político por meio da abordagem crítica de temas como a organização político-administrativa do Brasil, a participação democrática e a educação eleitoral. Questões práticas, como “O que faz um senador?” ou “O que é o sistema presidencialista?”, seriam trabalhadas de forma reflexiva, sob a mediação de docentes formados em Ciências Sociais ou áreas correlatas. Conclui-se que a implementação de uma disciplina de educação política no Ensino Médio constitui uma estratégia viável e necessária para a formação de



13ª FEBRAT

cidadãos críticos e participativos. Além disso, a proposta está alinhada ao quarto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4) da Organização das Nações Unidas (ONU), que enfatiza a importância de uma educação inclusiva e de qualidade. Espera-se que esta experiência possa inspirar outras instituições educacionais a refletirem sobre seu papel na formação política dos estudantes e a contribuírem para o fortalecimento da democracia brasileira.

Referências

DANTAS, H.; CARUSO, V. Politização nas escolas: o quanto os jovens compreendem essa demanda. *E-Legis – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, Brasília, v. 7, n. 7, p. 22–33, 2011. DOI: <https://doi.org/10.51206/e-legis.v7i7.82>. Disponível em: <https://doi.org/10.51206/e-legis.v7i7.82>. Acesso em: 2 jun. 2025.

MARTINS, E. B. C. A política de educação brasileira: uma leitura sob a óptica do serviço social. In: _____. *Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania* [recurso eletrônico]. São Paulo: Editora UNESP, 2012. p. 75–113. ISBN 978-85-3930-243-7. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/mr4rz/pdf/martins-9788539302437-06.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2025.

UNIVERSIDADE TIRADENTES. A polêmica da Educação Moral e Cívica como disciplina: durante o Regime Militar, o ensino de Moral e Cívica tinha o objetivo de formar cidadãos obedientes às leis e ao Estado. Aracaju: Unit, 2021. Disponível em: <https://portal.unit.br/blog/noticias/a-polemica-da-educacao-moral-e-civica-como-disciplina/>. Acesso em: 21 jul. 2021.